

## SOBRE A SEMÂNTICA DE 'EU'

Renato Miguel BASSO<sup>1</sup>

*ABSTRACT: This paper present some challenges to the traditional kaplanian picture of pure indexicals, according to which such terms are directly referential. We focus our attention on the word 'eu' ('I') and show that the traditional account leads us to incorrect results and predictions and can't handle all the data. In particular, we show that besides referential uses, that also pose problems for the traditional account of 'eu', this item has (putatively) descriptive uses and can be interpreted as a bound variable under certain circumstances. Although we don't offer any solutions, in the end of this paper, we point out the constrains that such a theory should obey as well as the empirical domain that it should cover.*

*KEYWORDS: first person pronoun, pure indexicals, reference, descriptions*

### 1. Introdução

A palavra 'eu' é tratada como um exemplo paradigmático de indexical "puro", ou seja, um indexical cuja contribuição proposicional se dá automaticamente com seu proferimento. O termo indexical puro aparece pela primeira vez com o trabalho de David Kaplan sobre demonstrativos e indexicais, escrito em meados da década de 70 e publicado apenas em 1989.

A teoria de indexicais proposta por Kaplan é bastante complexa e intrincada. Ele parte da ideia de que indexicais em geral apresentam dois componentes: o caráter e o conteúdo. O caráter pode ser definido como uma regra de uso associada a um dado indexical, ao passo que o conteúdo é a contribuição proposicional do indexical. Tanto o caráter quanto o conteúdo são tratados como funções, o caráter é uma função de um dado contexto para um conteúdo, e o conteúdo é uma função de circunstâncias de avaliação para valores semânticos: por exemplo, indivíduos para o caso de termos singulares, conjuntos de n-tuplas para o caso de predicados de n-lugares e valores de verdade para o caso de sentenças. Contexto é definido como um conjunto de parâmetros relevantes para a interpretação dos indexicais, e é composto, ao menos, por agente, tempo, local ou posição e mundo (possível), representados, respectivamente, por  $c_A$ ,  $c_T$ ,  $c_P$  e  $c_W$ .

Tomemos como exemplo justamente o item 'eu'. O caráter de 'eu' é uma função que toma um dado contexto e resulta em um conteúdo, que será, nesse caso, a pessoa que usa (fala, escreve, emprega) 'eu', ou seja, o parâmetro contextual de agente ( $c_A$ ). Por sua vez, o conteúdo resultará no referente (a contribuição proposicional de 'eu') a depender da circunstância de avaliação<sup>2</sup>. Kaplan denomina termos como 'eu' de indexicais puros porque para chegar a seu referente basta computarmos seu caráter em um dado contexto; outros indexicais puros seriam 'amanhã', 'hoje', 'aqui', 'agora', etc. Diferentemente de tais termos, só chegamos aos referentes dos demonstrativos ou indexicais impuros se acoplarmos ao seu caráter também uma demonstração ou intenção demonstrativa. Se tomarmos o item 'isso' num contexto em que alguém o usa referencialmente (em contraposição a anaforicamente) sem um gesto de ostensão a ele associado, muito provavelmente não saberemos qual é o seu conteúdo

<sup>1</sup> Professor Doutor da Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Para o caso de termos singulares, como, a princípio, é o caso de 'eu', e de outros indexicais puros e também dos demonstrativos, podemos falar, com certa liberdade, que seu conteúdo é seu referente. Assim sendo, o caráter de um indexical puro mais um contexto resultará automaticamente no seu referente.

(i.e., não teremos como capturar o seu caráter). Se estivermos, por exemplo, diante de dois quadros e alguém diz, sem qualquer indicação direcional, apontamento, gesto, etc.:

(1) Eu gosto desse quadro.

certamente não saberemos qual quadro está sendo referido.

Uma possibilidade de adequação para os indexicais impuros na teoria de Kaplan é postular que o contexto – obviamente um conceito abstrato, componente de seu modelo – contém também uma série de objetos que podem ser demonstrados. Um contexto que contém agente, tempo, local e mundo, acrescidos ou não de uma lista de objetos a serem demonstrados, constitui o que Kaplan chama de um “contexto próprio” ou não-defectivo. Em tais contextos, a sentença abaixo:

(2) Eu estou aqui agora.

será sempre verdadeira, pois seus referentes, computados através de seu caráter e um contexto, estão automaticamente garantidos: o caráter de ‘eu’, ‘aqui’ e ‘agora’ resultará como referentes num contexto qualquer  $C$ , respectivamente, o agente/falante/escrivente de  $C$  ( $c_A$ ), o local que o falante está ( $c_P$ ) e o momento em que (2) foi pronunciada ( $c_T$ ).

Kaplan argumenta que os indexicais, puros ou impuros, são termos diretamente referenciais, justamente porque sua contribuição proposicional é um objeto e não uma propriedade ou um modo de apresentação de um dado objeto<sup>3</sup>; nas palavras de Braun (2007):

Kaplan (1989a) claims that indexicals are devices of *direct reference*. By this he means that the *content* of an indexical, with respect to a context  $c$ , is simply the object to which it refers in  $c$ ; its content is *not* a property (or descriptive condition) that determines the referent with respect to a context and world. For instance, the content of ‘I’ in  $c$  is just the agent of  $c$ ; its content in  $c$  does *not* include the property of being-the-agent-of- $c$ , or any other sort of property.

É inegável que a teoria de Kaplan tem fortes apelos intuitivos e técnicos e que cobre uma grande quantidade de fenômenos. Contudo, essa teoria, com toda a sua elegância e abrangência, sofreu alguns ataques que visaram ora pequenas reformulações em suas assunções, ora o seu completo abandono. Tais ataques partem tanto de linguistas quanto de filósofos, baseados em certos usos de indexicais que a teoria de Kaplan não prevê (ou proíbe) e em consequências acarretadas pela teoria que não são encontradas ou são simplesmente equivocadas. A maioria das críticas vem do estudo dos demonstrativos e basicamente questionam a assunção de que eles sejam diretamente referenciais com base em exemplos nos quais os demonstrativos são usados descritivamente, i.e. não-referencialmente, e podem apresentar portanto interação de escopo (podem estar sob o escopo de certos operados). Essas críticas levaram à construção de propostas quantificacionais para os demonstrativos, em que eles são tratados de modo bastante semelhante ao tratamento que se oferece às descrições definidas<sup>4</sup>.

<sup>3</sup> Por considerar os indexicais como termos de referência direta, Kaplan é tido como o responsável pela segunda revolução na teoria contemporânea da referência, sendo precedido pelo trabalho de Kripke (1981 [1972]) sobre nomes próprios. Além disso, a teoria de Kaplan carrega uma série de compromissos metafísicos e epistemológicos sobre os quais nada diremos aqui.

<sup>4</sup> Roberts (2002) oferece, entre vários outros, o seguinte exemplo: “Todo time tem um jogador fraco, e é sobre esse jogador fraco que temos que jogar mais forte”. Nessa sentença, o sintagma ‘esse jogador fraco’ não é diretamente referencial e sua denotação varia de acordo com a denotação do sintagma quantificado ‘todo time’.

Mesmo considerando os indexicais puros, que seriam, a princípio, prototipicamente termos de referência direta, é possível encontramos na literatura alguns autores que questionam a teoria de Kaplan. Mount (2008, p. 198; tradução e adaptação nossa) oferece os seguintes exemplos, que têm como alvo ‘agora’ e ‘aqui’:

(alguém descrevendo seu trabalho no zoológico)

(3) Em primeiro lugar, eu alimento as girafas. Então, me certifico de que a jaula do elefante está livre de entulhos. E *agora* é hora de dar uma olhada nos gorilas...

(alguém descrevendo seu trabalho no zoológico)

(4) Primeiramente, eu separo a comida da girafa. Depois eu vou até a jaula do elefante. *Aqui* eu tenho que limpar o lixão, descartar os restos e encher os tanques de água...

(alguém descrevendo como cozinhar arroz)

(5) Primeiro eu lavo o arroz, depois pico o alho. Aí eu frito o alho, dou uma fritada no arroz, ponho o sal e – cuidado, é *agora* que vem a parte complicada! – coloco a medida certa de água para cozinhar sem fica empapado.

(uma faxineira contando sua rotina de trabalho)

(6) Quando eu chego em alguma casa, eu limpo primeiro os quartos, depois vou pra sala e *aqui* eu tenho que tirar o tapete, se tiver, e limpar bem antes de passar pano.

Em (3) e em (4), os itens em itálico não se referem a hora e local em que está o falante, mas sim a hora e locais diferentes. Se considerar como C3 e C4 o contexto da interação em que são proferidas as sentenças (3) e (4), respectivamente, não seria correto dizer que o ‘agora’ em (3) se refere ao parâmetro C3<sub>T</sub>, e nem que o ‘agora’ de (4) se refere ao parâmetro C4<sub>P</sub>, mas sim ao contexto C1 do trabalho do narrador. Com relação aos exemplos (5) e (6), o ‘agora’ e o ‘aqui’ claramente não são especificados para uma hora ou local especificada em algum contexto, mas são gerais para qualquer contexto, i.e. descrevem um dado momento ou lugar para qualquer contexto relevante. Obviamente, a teoria de Kaplan tal como originalmente formulada não captura as interpretações sugeridas para (3)-(6).

Contudo, itens como ‘aqui’ e ‘agora’ têm um papel textual e argumentativo reconhecido há muito tempo e seria possível argumentar que eles são usados nos exemplos acima de modo metafórico ou derivativo – se tal argumentação é ou não consistente com os fatos, não nos interessa aqui, mas convém dizer que qualquer abordagem unificadora é, em princípio, preferível a uma abordagem que postule ambiguidade ou mecanismos que envolvem algum tipo de metáfora, por exemplo, para dar conta de (3) –(6).

Outros indexicais puros, como ‘hoje’, ‘ontem’ e ‘amanhã’, também foram alvos de críticas semelhantes. Menos alvejado é o item ‘eu’, que parece ser ainda um sólido bastião a favor da ideia de indexicais puros, assim como da ideia de que (alguns dos) indexicais são diretamente referenciais. Contudo, recentemente, alguns autores, tanto filósofos quanto linguistas, ao investigar mais pormenorizadamente tal item, constataram que ele é mais complexo do que se pensava anteriormente e que a formalização oferecida por Kaplan para ‘eu’, reproduzida abaixo, dá conta apenas de certos usos de ‘eu’:

[[eu]]<sub>ctw</sub> = c<sub>A</sub>

(em prosa: o valor semântico (resultado da função conteúdo ou referente) de ‘eu’ num dado contexto (c), sob uma determinada função de atribuição (f), com relação a um tempo (t) e um mundo (w) é o agente desse contexto ( $c_A$ )).

No restante deste texto, apresentaremos os contextos e situações em que a fórmula de Kaplan para ‘eu’ é problemática. Examinaremos os argumentos, os exemplos e as soluções propostas pela literatura. Resta dizer que nosso intuito neste texto é simplesmente apresentar em conjunto os usos que uma teoria sobre o ‘eu’ deve abarcar, assim como argumentar que é necessário alcançarmos um único significado para ‘eu’, evitando postular ambiguidade, apesar de ainda não termos chegado a uma tal solução.

## 2. Sobre os usos de ‘eu’

Uma breve análise da literatura permite constatar que há três usos distintos de ‘eu’. Há o uso referencial ou dêitico, que é o uso canônico, o único previsto por Kaplan; ‘eu’ pode ser também interpretado como uma variável (ligada); e há ainda usos descritivos, não previstos pela teoria kaplaniana ou por qualquer outra que trate ‘eu’ como diretamente referencial. A existência desses dois últimos de uso já coloca em cheque a teoria de Kaplan, e, talvez justamente por isso, há muita controvérsia sobre sua existência, principalmente com relação ao uso descritivo e o que o possibilita. Porém, mesmo o uso referencial coloca problemas para a teoria esboçada acima. Se os exemplos que analisarmos nas seções abaixo estiverem corretos, teremos não apenas alguns argumentos contra a teoria de Kaplan, mas também os requisitos a serem cumpridos por uma teoria para o item ‘eu’ que provavelmente poderá ser estendida para lidar com os outros itens comumente arrolados como indexicais puros.

### 2.1. Usos referenciais de ‘eu’

Os filósofos se interessam principalmente por esse tipo de uso e mostram como a teoria de Kaplan faz previsões erradas quanto a ele. Esse descompasso entre teoria e dados foi notado já em meados da década de 1980, mas somente mais recentemente recebeu a atenção devida e algumas propostas de solução, com atestam os textos de Predelli (1998, 2010), Perry (2002), Corazza *et al.* (2002), Romdenh-Romluc (2006) entre outros. Para entendermos o tipo de problema que os filósofos tratam, tomemos um exemplo.

Suponhamos um corredor com salas de professores, de modo que as portas fiquem de frente uma para a outra. O professor João não está em sua sala, a sala A. Por sua vez, o professor Pedro, cuja sala, a B, fica de frente à sala do professor João, está e gosta de trabalhar com a porta aberta. A partir de um certo momento, estudantes começam a bater na porta da sala A, na esperança de conversar com o professor João, sem saber que ele está viajando. Isso ocorre algumas vezes até que acaba irritando o professor Pedro que então escreve o seguinte recado num pedaço de papel e o cola na sala A: “Eu não estou aqui agora”. A ideia funciona e os alunos, ao lerem o bilhete, vão embora sem bater à porta e sem incomodar o professor Pedro<sup>5</sup>.

Intuitivamente, tudo parecer funcionar bem e concordamos que o referente de ‘eu’ para o bilhete em questão é João, ou ao menos concordamos que é assim que os estudantes se comportariam. Porém, a teoria de Kaplan não nos dá esse resultado: se a função caráter de ‘eu’, ao tomar como argumento um contexto, resulta no agente do contexto ( $c_A$ ), é óbvio que

---

<sup>5</sup> Exemplo adaptado de Corazza *et al.* (2002, p. 5).

o agente é Pedro, e logo o conteúdo (referente) de ‘eu’ nesse contexto é Pedro e não João – algo que claramente não captura nossa intuição e interpretação<sup>6</sup>.

O problema com relação ao exemplo acima, conforme apontam Corazza *et al.* (2002), é a identificação entre o parâmetro lógico-teórico de (i) agente e (ii) falante (ou quem emprega ‘eu’) e (iii) referente. Para Kaplan, como vimos, o caráter de ‘eu’ é o agente de um contexto C, ou seja, uma vez que saibamos quem é o agente de C saberemos quem é o referente de ‘eu’, pois ele identifica agente=referente – o problema não está nessa igualdade, mas na identidade entre agente e falante, agente=falante. É exatamente essa identificação que resulta contraintuitiva no exemplo que acabamos de ver. Ao passo que sabemos que Pedro é o falante de C, sabemos também que ele não é o referente de ‘eu’ e que João é o referente de ‘eu’, ou seja, o falante pode não ser igual ao agente (que é um parâmetro lógico). Uma vez que rompemos a identificação entre agente e falante, somos obrigados a responder então o que determina o agente de ‘eu’, dado que ele não é mais necessariamente o falante ou aquele que emprega o item ‘eu’ – se assim fosse, no exemplo em questão o referente ‘eu’ seria Pedro.

Predelli (1998) postula uma solução para tal problema, apelando para noções intencionais, atribuindo à relação entre falante e ouvinte um peso considerável. Sua solução, em linhas gerais, é recuperar a relação entre agente e falante através das intenções comunicativas com que um falante emprega ‘eu’: “an adequate explanation [para a referência dos indexicais] ought to take into consideration the co-ordinates intended [...] as relevant for the[ir] semantic evaluation” (1998, p. 112). Predelli sugere então que devemos separar o contexto de fala do contexto pretendido/intencionado pelo falante; é nesse último que devemos procurar o referente de um indexical. Muitas vezes os dois contextos coincidem, i.e. o contexto de fala é o contexto intencionado para computarmos o caráter dos indexicais, mas, como no exemplo discutido nesta seção, outras vezes eles são distintos.

Apesar de dar conta de nossa intuição, tal solução é bastante problemática pois torna misteriosa a interpretação dos indexicais: devemos lidar com intenções não-públicas, i.e. que estão na mente dos falantes, algo que torna a compreensão como um todo misteriosa. Além disso, é fácil encontrarmos contraexemplos para tal teoria: basta imaginarmos, por exemplo, Pedro dizer “Eu gosto de arroz com feijão” *querendo* que ‘eu’ se refira a John Lennon; se Predelli estiver correto deveria ser possível recuperar tal intenção comunicativa de Pedro, o que é pelo menos contraintuitivo.

Como notam Corazza *et al.* (2002), é preciso encontrar um caminho do meio entre a teoria de Kaplan e a de Predelli:

Kaplan’s original account is not flexible enough to deal with certain problem cases, whereas Predelli’s position is so unrestricted it yields counter-intuitive consequences. What we require is a position which avoids these extremes and is flexible enough to account for the problem cases, but is not so loose that it becomes implausible. (p. 10).

A solução proposta por Corazza *et al.* apela para *noções convencionais*, ou seja, se para Kaplan agente e falante se identificavam e para Predelli a determinação do referente dependia de determinar via intenções comunicativas qual contexto forneceria o agente, para Corazza *et al.* chega-se ao referente de ‘eu’ através de ajustes convencionais ou sociais. Para o exemplo

---

<sup>6</sup> Suponhamos também que Pedro não esteja sozinho em sua sala, mas está trabalhando com um aluno, o José. Suponhamos que José tenha acompanhado tudo o que descrevemos; notadamente, ele viu que foi Pedro que escreveu o bilhete e o colou na porta da sala do professor João. É interessante notar que, mesmo do ponto de vista de José, é contraintuitivo dizer que o referente de ‘eu’ é Pedro, ou seja, é contraintuitivo dizer que a sentença colada na porta da sala A expressa a proposição (estruturada) <Pedro, não estar aqui agora>.

em tela, sabemos que um bilhete colado na porta do professor X dizendo “Eu não estou aqui agora” é sobre o professor X, sendo ele ou não o autor (falante, escrevente) do bilhete. Separa-se, portanto, falante, agente e referente, e a relação entre agente e referente dá-se em meio a convenções sociais e generalizadas.

Em linhas gerais, a solução de Corazza *et al.* lança mão de ideia de que cada interação conversacional traz consigo uma série de convenções que devem ser observadas para o sucesso da interação, e são justamente essas convenções que determinam o contexto que fornecerá os parâmetros para interpretação dos indexicais:

the agent of “I” [...] is best understood to be the conventionally determined agent, and the agent determined by convention may [...] be distinct from either the utterer or the producer of the token of “I”. (p. 13).

Essa distinção entre agente, referente e falante é bastante esclarecedora para lidarmos com casos como aqueles em que se prega uma peça em alguém ao afixar em suas costas um bilhete com os dizeres “me chute”. Na imensa maioria dos casos, a pessoa que carrega tal mensagem é seu referente, mas não é o falante (i.e. quem produziu esse *token* de ‘eu’).

Tal análise, contudo, não é isenta de críticas, como aquelas tecidas por Romdenh-Romluc (2006). Segundo a autora, apoiar-se em convenções significa pressupor que há certa estabilidade entre uma dada interação e acordos sociais, e tal estabilidade não explicaria casos “recentes”, como no exemplo descrito a seguir e adaptado da autora.

Imaginemos que João é fanático por novas tecnologias e, numa época em que secretárias-eletrônicas são novas e desconhecidas da população em geral, adquira uma dessas máquinas. Porém, como a tecnologia ainda é recente, não é possível gravarmos nossa própria mensagem e tudo o que temos é uma mensagem pré-gravada com os dizeres “Eu não estou aqui agora”. Suponhamos agora que Pedro, que sabe que João tanto gosta desses aparelhos, liga para João e escuta a voz-robotizada recitar a mensagem pré-gravada. Seria bastante contraintuitivo atribuímos a Pedro a crença de que o referente de ‘eu’ nesse caso é a pessoa que cedeu sua voz para gravar a mensagem; é muito provável que ele considere que João é o referente. Mas, sendo assim, qual convenção está em jogo, dado que as secretárias-eletrônicas são muito recentes e não há nada estabelecido quanto ao seu uso? A teoria de Corazza *et al.* não teria meios, argumenta Romdenh-Romluc, para gerar a interpretação relevante (i.e. o referente de ‘eu’ é João).

A solução por ela proposta parte da ideia de que o referente de um indexical puro é alcançado por uma audiência competente (munida de vasto conhecimento sobre convenções sociais e sobre seu(s) interlocutor(es)) ao explorar pistas deixadas pelo falante com relação a qual contexto explorar para utilizar os seus parâmetros.

É possível vislumbrar ao longo dessas análises e propostas que a teoria de Kaplan é por demais restrita quando iguala agente a falante e que ao separarmos essas duas noções não há maneira clara de como relacioná-las. Apelar para a intenção do falante como o faz Predelli (1998) é ser excessivamente permissivo, apelar para convenções sociais (Corazza *et al.*, 2002) esbarra em empecilhos que tem a ver com a própria estrutura das convenções e fazer como Romdenh-Romluc (2006) e apelar para um certo ajuste entre conhecimento da audiência, pistas deixadas pelo falante e demais recursos interpretativos é quase que esvaziar o estudo dos indexicais puros de interesse investigativo pelas seguintes razões:

(i) diferentemente de certas palavras e construções, os indexicais puros deveriam ser, a princípio, dependentes apenas de parâmetros contextuais (essa postura não é apenas a de Kaplan, mas é certamente a mais intuitiva). Romdenh-Romluc torna a interpretação dos

indexicais puros muito mais complexa e joga-os para o extremo de palavras cuja interpretação só é possível se tivermos, além de informações lexicais e contextuais, acesso a pistas deixadas pelo falante;

(ii) sua abordagem pode ser muito estreita, isolando os indexicais puros como salientado no ponto (i), ou muito abrangente, pois é possível dizer que, se até mesmo o item ‘eu’ só é interpretado com pistas contextuais, qualquer palavra também o é, de uma ou forma ou de outra;

(iii) a autora não nos fornece o que devemos entender por “pista” nem o que é exatamente uma “audiência competente”. É necessário definições precisas para essas noções e também alguma motivação independente para elas, sob pena de serem somente expedientes *ad hoc*.

De uma forma ou de outra, parece claro que mesmo ao tratarmos com usos referenciais de ‘eu’ é preciso alterar de alguma forma a teoria de Kaplan. O esquema geral dos exemplos analisados é aquele no qual o contexto de interpretação de ‘eu’ não é o contexto em que ele foi produzido, por isso falamos em notas, bilhetes e recados gravados. Contudo, esses usos parecem ser usos legítimos de ‘eu’ e uma teoria sobre esse item e sobre indexicais puros não pode deixar de analisá-los.

Nas seções abaixo veremos outros usos – mais controversos – de ‘eu’ que, sendo legitimados, apresentam ainda mais problemas para a teoria kaplaniana.

## 2.2. A interpretação de ‘eu’ como uma variável ligada

A principal fonte sobre a ocorrência de ‘eu’ como uma variável é Partee (1989), que traz exemplos como os abaixo:

- (7) Eu sou o único que pode tomar conta dos meus filhos.
- (8) Só eu tenho uma pergunta que eu sei responder.
- (9) Somente eu tenho uma pergunta que eu entendo.

Conforme notaram posteriormente Kratzer (1998, 2009), Rullman (2004), Heim (2008) entre outros, as sentenças (7) a (9) têm duas interpretações, com diferentes condições de verdade. Abaixo, explicitamos essas interpretações para o caso de (7):

- (7a) Eu sou a única pessoa que pode tomar conta de meus filhos.  
→ ninguém mais pode tomar conta dos meus filhos, i.e. Maria não pode tomar conta dos meus filhos.
- (7b) Eu sou a única pessoa que pode tomar conta de seus próprios filhos.  
→ ninguém mais pode tomar conta de seus próprios filhos, i.e. Maria pode tomar conta de meus filhos, mas não pode tomar conta de seus próprios filhos.

Detalhes à parte, a forma lógica da sentença (7) que engendra a interpretação (7b) é, em linhas bem gerais, algo como:

- (7c) [Eu sou o único]  $\lambda x[x$  pode tomar conta dos filhos de  $x]$

ou seja, em (7c) apenas o referente de ‘eu’ tem a propriedade  $\lambda x[x$  pode tomar conta dos filhos de  $x]$ . Raciocínios semelhantes se aplicam aos casos (8) e (9).

Há vários problemas colocados por esse uso de ‘eu’ que desafiam as análises tradicionais dos indexicais. Entre os trabalhos de Kratzer, Heim e Rullman citados há consenso em relação à existência de apagamento de traços-phi (phi-features), cujo resultado seria uma variável livre de conteúdo descritivo, uma variável sem traços; a ideia geral é que pelo menos o traço de pessoa é, de alguma forma, apagado. Cada um dos autores implementa essa ideia de maneira diferente, os detalhes envolvidos são bastante intrincados, e todas ainda deixam questões em aberto. Przyjenski (2008) questiona que haja apagamento de todos os traços-phi e argumenta que em algumas situações alguns deles são projetados. De uma forma ou de outra, o único elemento que pode prender a variável introduzida por ‘eu’ (e suas variações, ‘me’, ‘mim’, ‘meu’) é outra ocorrência de ‘eu’.

O paralelo a ser traçado aqui é entre um pronome como ‘ele’ e ‘eu’. Apesar de ‘ele’ ter usos claramente indexicais e figurar como variável, atualmente é consenso que esse termo não é ambíguo, e ele pode ser tratado, por exemplo, como uma variável que carrega certas pressuposições (Heim e Kratzer, 1998) ou como um tipo de descrição definida (Roberts, 2004). Seria então possível tratar ‘eu’ do mesmo modo que ‘ele’? Se sim, deveríamos esperar uma análise segundo a qual ‘eu’ fosse tratado ou como um tipo de variável que carrega certas pressuposições ou como uma forma de descrição definida.

Heim (2008), por exemplo, endossa a visão de que ‘eu’, a princípio, é uma variável que carrega certas pressuposições, que o levam a ter como referente o falante: “Thus *I* always refers to the speaker, despite being technically a variable” (p. 37).

Por outro lado, como veremos na seção abaixo, alguns autores defendem a existência do que chamaremos de “usos descritivos de ‘eu’”. A depender da análise e interpretação desses exemplos, podemos ter uma evidência a favor de um tratamento como descrição para ‘eu’.

### 2.3. Usos descritivos de ‘eu’

Imaginemos o seguinte cenário: um prisioneiro, condenado à morte, em sua cela, em sua última noite; ele chama o oficial mais próximo e diz:

(10) Tradicionalmente, eu tenho direito a uma última refeição.

Conforme argumenta Nunberg (1993), talvez o primeiro a notar tais exemplos, não é possível substituir ‘eu’ em (10) por um nome próprio (que indicaria que um indivíduo faz parte da proposição), como em (10a):

(10a) Tradicionalmente, João (o prisioneiro da sala 15) tem direito a uma última refeição.

Obviamente, ‘ter direito a uma última refeição’ não é uma propriedade que se aplica corriqueira ou ordinariamente a indivíduos. Uma paráfrase melhor para (10) seria:

(10b) Tradicionalmente, o condenado à morte tem direito a uma última refeição.

Análises semelhantes podem ser aplicadas a exemplos como:

(dito por alguém que ocupa o cargo de diretor de uma empresa que já tem cem anos e na qual as maiores decisões são tomadas pelo diretor)

(11) Há cem anos eu tomo as decisões mais importantes nesta empresa!<sup>7</sup>

(dito pelo presidente em seu discurso de posse)

(12) A Constituição me garante a palavra final.

Tanto em (11) quanto em (12) não podemos substituir ‘eu’ e ‘me’ por um nome próprio<sup>8</sup>, mas antes temos uma leitura em que esse pronome parece ter uma interpretação descritiva (‘o diretor’ e ‘o presidente’, respectivamente).

Uma particularidade importante a ser notada com relação a esses usos é que eles não têm uma leitura atributiva típica, do modo como temos com descrições definidas. Apesar da paráfrase oferecida para (10) em (10b), só temos tal interpretação se (10) for produzida por alguém que exemplifique (i.e. esteja na extensão) da descrição em questão; em outras palavras, (10) só funciona se for dita por um condenado à morte; (11), apenas se dita pela (então) diretor; e (12), se dita pelo (então) presidente. O que é fundamental para os exemplos (10)-(12) é que o item ‘eu’ contribui – para além de um indivíduo – com uma propriedade (justamente a descrição) para proposição em que aparece. Se antes havíamos questionado o automatismo no estabelecimento do referente de ‘eu’ (seção 1.1) e ele sempre introduzir um indivíduo na proposição (seção 1.2), com os exemplos vistos nesta seção questionamos a ideia de que ‘eu’ tenha apenas usos referenciais. Se isso estiver correto, independentemente da análise que dermos aos exemplos relevantes, a teoria de Kaplan com relação aos indexicais puros precisa ser revista, pois a fórmula  $[[eu]]_{cftw} = c_A$  não captura nossos usos de ‘eu’.

### 3. Conclusão

Neste trabalho, revimos a principal teoria semântica explícita sobre itens como ‘eu’, formulada por Kaplan, na década de 1970. Analisamos alguns casos problemáticos para tal teoria que partiram de três frentes: o uso dêitico ou referencial de ‘eu’, o uso de ‘eu’ como variável e o uso como descrição ou descritivo de ‘eu’.

Levando em conta todos esses exemplos, o ‘eu’ aproxima-se muito mais de itens como ‘ele’ e mesmo de descrições definidas do que a princípio se consideraria. Se concordamos com a validade dos exemplos e interpretações sugeridas, fica a tarefa de encontrarmos uma análise para o ‘eu’ que os unifica, sob pena de termos que considerar que tal item é ambíguo. Tal análise certamente se beneficiará em muito com o que já foi feito em relação a ‘ele’ e a descrições definidas, mas ainda está por ser alcançada.

A nosso ver, se concordamos com os autores citados na seção 1.2 e a interpretação de ‘eu’ como variável resultar de um apagamento de traços-phi, automaticamente, concordaremos que ‘eu’ deve ser um tipo de item que carrega traços-phi. Além disso, é necessário chegarmos a uma abordagem que dê conta dos exemplos vistos em 1.1 e 1.3. Nesses casos, lidamos ora com contextos impróprios *à la* Kaplan ora com situações em que o ‘eu’ contribui com uma propriedade para a proposição em que aparece, exigindo que o falante exemplifica essa propriedade. A elaboração de uma solução que abarque esses casos, contudo, fica para uma outra ocasião; como dissemos nosso intuito aqui foi apenas mapear os problemas que cercam o ‘eu’ e indicar quais casos teriam que ser acomodados por uma teoria sobre o ‘eu’.

<sup>7</sup> Exemplo de Mount (2008, p. 197).

<sup>8</sup> Em particular em (12), não faz sentido dizer que a Constituição garante a palavra final a Lula, ou a FHC, mas sim ao indivíduo que é presidente.

## Referências

- BRAUN, D. Indexicals. In: ZALTA, E. (ed). *Stanford Encyclopedia of Philosophy*.  
<http://plato.stanford.edu/entries/indexicals/>
- CORAZZA, E., FISH, B., & GORVETT, J. Who is I? *Philosophical Studies*, 107, pp. 1–21, 2002.
- HEIM, I. Features on Bound Pronouns. In: HARBOUR, D; ADGER, D. e BÉJAR, S. *Phi features: Phi-features across Modules and Interfaces*. Oxford: OUP, pp. 35-56, 2008.
- HEIM, I. e KRATZER, A. *Semantics in Generative Grammar*. Oxford: Blackwell Publishing LTDA, 1998.
- KAPLAN, D. Demonstratives. Manuscript. Reimpresso em ALMOG, J.; PERRY, J. e WETTSTEIN, H. (eds.), *Themes from Kaplan*. Oxford: Oxford University Press, 1989 [1977].
- KRATZER, A. More structural analogies between pronouns and tenses. In: STROLOVITCH, D. e LAWSON, A. (eds). *Semantics and Linguistic Theory 8*. Ithaca, NY: Cornell Linguistics Club publications, pp. 92-110, 1998.
- KRATZER, A. Minimal Pronouns: Fake indexicals as windows into the properties of bound variable pronouns. *Linguistic Inquiry*, 40, 2, pp. 187-237, 2009.
- KRIPKE, S. *Naming and necessity*. Oxford: Blackwell Publishing LTDA, 1981 [1972].
- MOUNT, A. The impurity of ‘Pure’ indexicals. *Philosophical Studies*, 138, pp. 193–209, 2008.
- NUNBERG, G. Indexicality and deixis. *Linguistics and Philosophy*, 16, pp. 1–43, 1993.
- PARTEE, B. Bindind implicit variables in quantified contexts. In: WILTSHIRE, C. et al. (eds). *Chicago Linguistic Society 25*. Chicago: Chicago Linguistic Society, pp. 342-65, 1989.
- PERRY, J. Predelli’s threatening note: Contexts, utterances, and tokens in the philosophy of language. *Journal of Pragmatics*, 35, pp. 373–387, 2003.
- PRZYJEMSKI, K. Essentially indexical bound anaphoric pronouns.  
<https://webpace.utexas.edu/jtb538/Przyjemski.pdf>, 2008, acesso em 04/05/2010.
- PREDELLI, S. I am not here now. *Analysis*, 58, pp. 107–115, 1998.
- . I am still not here now. *Erkenntnis*, 2010 (a sair).
- ROBERTS, C. Demonstratives as definites. In: VAN DEEMTER, K. e KIBBLE, R. (eds.) *Information Sharing: Reference and Presupposition in Language Generation and Interpretation*. CSLI Press, Stanford, pp. 89-196, 2002.
- . Pronouns as definites. In: REIMER, M. e BEZUIDENHOUT, A. (eds.) *Descriptions and Beyond*. Oxford: OUP, pp. 503-543, 2004.
- ROMDENH-ROMLUC, K. ‘I’. *Philosophical Studies*, 128, pp. 257-283, 2006.
- RULLMAN, H. First and Second Person Pronouns as Bound Variables. *Linguistic Inquiry*, 35, 1, pp. 159-168, 2004.